



FEDERAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES  
**INDÍGENAS**  
DE MATO GROSSO

The Nature  
Conservancy



Brasil

# **FINANCIAMENTO DOS ESFORÇOS CLIMÁTICOS DOS POVOS INDÍGENAS POR MEIO DE REDD+ JURISDICIONAL:**

Lições emergentes do programa REDD Early  
Movers em Mato Grosso, Brasil

**Texto para Discussão**  
**10 de novembro de 2022**

#### **COORDENAÇÃO GERAL**

Rony Brodsky, Diretora de Finanças Lideradas por Povos Indígenas e Comunidades Locais, The Nature Conservancy

#### **COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Hélcio Marcelo de Souza, Líder da Estratégia de Povos Indígenas e Comunidades Locais do Brasil, The Nature Conservancy  
Julia Manguiera, Diretora para o Cerrado/Araguaia, The Nature Conservancy  
Marina Aragão, Especialista em Finanças Sustentáveis, The Nature Conservancy

#### **SUPERVISÃO**

Crizanto Rudzo Tseremey Wá, Presidente, Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT)  
Marcos Antonio Camargo Ferreira, Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas, REM MT, SEMA MT

#### **EQUIPE PRINCIPAL DE REDAÇÃO**

Priscilla Santos, Conselheira, Indufor  
Julia Manguiera, Diretora para Cerrado / Araguaia, The Nature Conservancy  
Hélcio Marcelo de Souza, Líder de Estratégia de Povos Indígenas e Comunidades Locais do Brasil, The Nature Conservancy  
Rony Brodsky, Diretora de Finanças Lideradas por Povos Indígenas e Comunidades Locais, The Nature Conservancy  
Jeffrey Hatcher, Diretor Geral, Indufor

#### **CONCEPÇÃO**

The Nature Conservancy (TNC)

**COM SINCEROS AGRADECIMENTOS AO GRUPO DE TRABALHO DO RELATÓRIO, QUE FORNECEU APOIO CRÍTICO, INCLUINDO ORIENTAÇÃO, PERSPECTIVAS, IDEIAS, RECURSOS INFORMATIVOS E REVISÕES DE DOCUMENTO:**

#### **FEDERAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO MATO GROSSO (FEPOIMT)**

Crizanto Rudzo Tseremey Wá, Presidente  
Kaiana Kamaiura, Assessora Institucional  
Eliane Xunakalo, Assessora Institucional

#### **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO (SEMA-MT)**

Marcos Antonio Camargo Ferreira, Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas, REM MT  
Ligia Nara Vendramin, Analista de Meio Ambiente, Coordenação Programa REM MT  
Maurício Moleiro Phillip, Coordenador de Mudanças Climáticas

#### **FUNDO PODÁALI**

Valéria Paye, Diretora Executiva

#### **INSTITUTO CENTRO DE VIDA (ICV)**

Alice Thuault, Diretora Executiva

#### **DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ) GMBH**

Renata Oliveira Costa, Assessora Técnica, Projeto Cooperação Técnica "REDD Early Movers" - REM

#### **THE NATURE CONSERVANCY**

Marina Aragão, Especialista em Finanças Sustentáveis  
Eduardo Barnes, Coordenador Regional da Estratégia de Povos Indígenas e Comunidades Locais  
Jill Blockhus, Diretora de Políticas e Práticas Climáticas  
Andrea Burgess, Diretora Global de Conservação em Parceria com Povos Indígenas e Comunidades Locais  
Roberta Cantinho, Especialista em Políticas Públicas e Relações Governamentais para Clima  
Rane G. Cortez, Diretora Global de Soluções Climáticas Naturais  
Beatriz Machado Granziera, Assessora Internacional de Políticas Climáticas  
Karen Oliveira, Diretora de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Brasil

**Citação sugerida:** The Nature Conservancy e Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (2022). Financiamento dos Esforços Climáticos dos Povos Indígenas por meio de REDD+ Jurisdicional: Lições Emergentes do Programa REDD Early Movers em Mato Grosso, Brasil. Texto para discussão. Brasília.

**Este documento apresenta resultados preliminares de um estudo de caso em andamento sobre o programa REDD Early Movers em Mato Grosso (REM MT), com foco nas estruturas de distribuição de benefícios dos recursos canalizados para os Povos Indígenas no estado. O estudo examina as principais etapas e os fatores facilitadores, incluindo os processos de consentimento livre, prévio e informado (CLPI), as políticas públicas e as estruturas administrativas, para um melhor engajamento dos Povos Indígenas na distribuição de benefícios e no acesso direto a financiamentos do REM MT. A experiência de Mato Grosso traz descobertas e lições que facilitam a promoção do financiamento inclusivo, liderado por Povos Indígenas e comunidades locais, em programas de REDD+ e carbono, com o objetivo de financiar os esforços climáticos cruciais realizados pelos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.**

**Este estudo de caso, com conclusão prevista para 2023, está sendo elaborado pela The Nature Conservancy (TNC) em parceria com a Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) e o Governo de Mato Grosso.**



# 1. CONTEXTO

## 1.1 Os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais têm um papel crucial no combate às mudanças climáticas, mas seus esforços têm sido subfinanciados

Os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais com direitos de posse e gestão florestal reconhecidos estão entre os melhores guardiões florestais do mundo; 80% da biodiversidade mundial remanescente encontra-se nas suas terras.<sup>1</sup> No entanto, só uma pequena fração dessas comunidades detém direitos legalmente reconhecidos sobre seus territórios ou tem acesso a financiamento adequado para meios de subsistência sustentáveis.<sup>2</sup>

A gestão dos recursos territoriais e naturais dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, segundo mostram as evidências, é uma forma eficaz de enfrentar as mudanças climáticas e também uma abordagem eficiente, com inúmeros benefícios associados para as comunidades e a sociedade.<sup>3</sup> Considerando que os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais são desproporcionalmente afetados pelas mudanças climáticas e que as ameaças contra suas vidas e territórios estão aumentando,

ampliar seu nível de acesso a financiamento e desenvolvimento de capacidades também é uma questão de justiça climática.

Em resposta à Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra, doadores públicos e privados prometeram mais de US\$ 19,2 bilhões na COP26 em 2021 visando acabar com o desmatamento até 2030, bem como US\$ 1,7 bilhão para apoiar diretamente a posse de terras e florestas por parte de Povos Indígenas. Embora os Povos Indígenas tenham recebido positivamente esses compromissos, para executar o financiamento adicional, eles demandam governança e estruturas financeiras inclusivas, justas e equitativas.<sup>4</sup> De 2011 a 2020, menos de um por cento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para mitigação e adaptação às mudanças climáticas apoiou diretamente os povos indígenas e os projetos de gestão florestal e posse de terras das comunidades locais.

1. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2022). Mudanças climáticas 2022: impactos, adaptação e vulnerabilidade. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

2. Declaração Conjunta de Doadores de Posse Florestal COP 26 IPLC (2021). Promover o apoio aos direitos de posse dos povos indígenas e comunidades locais e sua tutela florestal.

3. WRI (2016). Benefícios climáticos, custos de posse: o caso econômico para garantir os direitos à terra indígena na Amazônia.

4. Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas (2021). Redefinindo nossos padrões e narrativas sobre finanças climáticas: A Perspectiva dos Povos Indígenas

## 1.2 A luta do Brasil contra o desmatamento segue em meio à crescente ameaça aos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Um dos usos de terra mais eficazes para conservação de vegetação nativa no Brasil vem das terras indígenas, que, nos últimos 30 anos, perdeu só 1% de suas florestas nativas, ao passo que em áreas privadas a perda chegou a 20,6%. O desmatamento no Brasil em 2021 teve a taxa mais alta em quinze anos e, no mesmo ano, mais de 11,5% das florestas de Mato Grosso foram destruídas, colocando o estado como o terceiro mais afetado pelo desmatamento.

Os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Brasil têm enfrentado crescentes níveis de invasões de terras, exploração

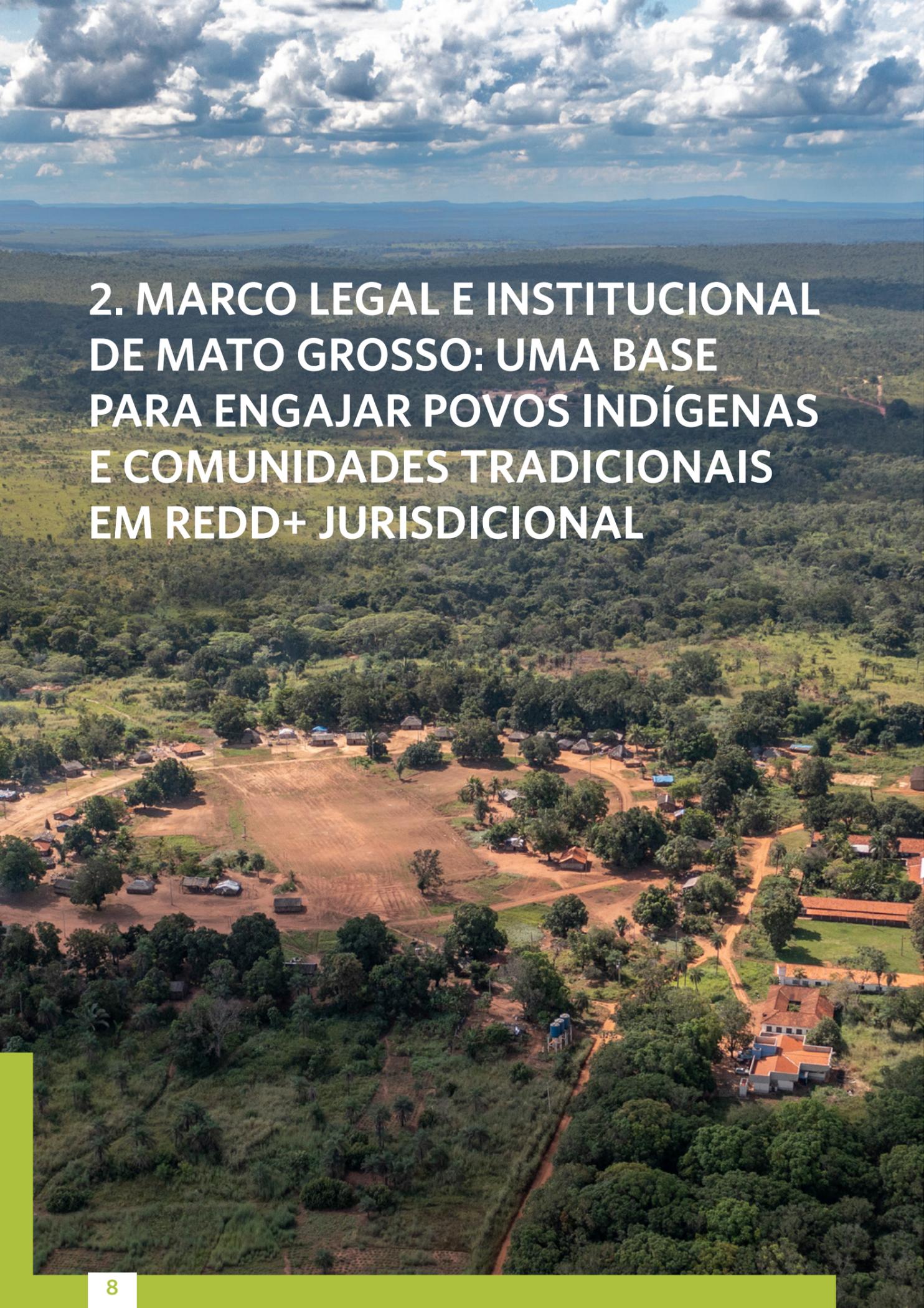
ilegal de recursos, ameaças de morte e outros tipos de violência.<sup>5</sup> A Constituição do Brasil entende a proteção aos Povos Indígenas, suas terras e seus modos de vida como questão federal. No entanto, são os governos estaduais e locais que estão mais próximos da dinâmica territorial. No contexto de proteção desses territórios e dos povos que neles vivem, a implementação de iniciativas lideradas pelo governo, como programas de REDD+ jurisdicionais, requer uma coordenação efetiva entre as políticas nacionais e subnacionais de fiscalização e os mecanismos de financiamento.

As abordagens jurisdicionais para REDD+ se referem a uma aproximação abrangente e liderada pelo governo para o uso da floresta e da terra em uma ou mais unidades administrativas. O REDD+ jurisdicional subnacional é particularmente relevante porque estados, províncias, distritos, regiões e municípios têm responsabilidades decisivas sobre o uso da terra e governança florestal. A escala nacional, em especial no caso de países grandes, pode ser demasiado ampla, heterogênea e distante dos usuários da terra para viabilizar a implementação de políticas. Os governos subnacionais encontram-se mais próximos dos agricultores e comunidades que não raro detêm poderes substanciais para moldar as decisões sobre uso da terra e a governança em certa jurisdição ou território.<sup>6</sup>

5. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (2022). *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil (dados de 2021)*.

6. Boyd, W. et al. (2018). *Abordagens jurisdicionais para REDD+ e desenvolvimento de baixas emissões: Progresso e perspectivas*. Washington, DC: Instituto de Recursos Mundiais, 1-14.





## 2. MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL DE MATO GROSSO: UMA BASE PARA ENGAJAR POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM REDD+ JURISDICIONAL

### 2.1 Do nível global ao estadual

A estrutura de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) criada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) visa orientar as atividades de uso da terra para reduzir as emissões por desmatamento e degradação florestal, apoiar a gestão sustentável de florestas e conservar e melhorar estoques de carbono florestal em países em desenvolvimento. O Brasil desenvolveu uma estrutura legal e política para receber pagamentos baseados em resultados para REDD+ em nível nacional. A estrutura inclui a Política Nacional de Mudanças Climáticas, a Estratégia Nacional de REDD+<sup>7</sup>, a Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+)<sup>8</sup>, o estabelecimento de salvaguardas sociais e ambientais e mecanismos de financiamento climático. Esses mecanismos, no entanto, foram paralisados na atual administração brasileira. A situação atual demonstra a necessidade de implementar abordagens diversificadas que não dependam apenas de um único nível administrativo.

Alinhado aos esforços nacionais, o estado de Mato Grosso promulgou seu Sistema Estadual de REDD+ (SisREDD+ MT) em 2013,<sup>9</sup> que trata das salvaguardas ambientais estabelecidas pela Convenção de Cancun.<sup>10</sup> A implementação

e o desenvolvimento de ações de REDD+ são administrados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT) por meio da Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade. Além disso, o SisREDD+ MT possui as instâncias de governança, tais como inclui um Conselho Gestor de REDD+<sup>11</sup>, e o Fórum Matogrossense de Mudanças Climáticas.

Em 2015, o estado lançou a Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI)<sup>12</sup>, com foco em compromissos de sustentabilidade nas cadeias produtivas, criando oportunidades em torno de REDD+ e promovendo o desenvolvimento econômico e a inclusão social<sup>13</sup>. Em 2017, foi aprovada a Política de Mudanças Climáticas do Mato Grosso<sup>14</sup>, definindo os princípios e objetivos do estado e tornando obrigatória a governança participativa para quaisquer iniciativas relacionadas a REDD+. Em 2021, o estado criou o Programa Carbono Neutro MT<sup>15</sup> para fortalecer ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável, gerando equilíbrio entre emissões e remoções de gases de efeito estufa até 2035. **Esses desenvolvimentos de política permitiram o estabelecimento do Programa REDD Early Movers (REM) em nível estadual.**

7. Ministério do Meio Ambiente (2016). A Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil.

8. Brasil (2015). Decreto Presidencial 8576/2015.

9. Mato Grosso (2013). Lei Estadual 9.878/2013.

10. ONU (2018). Plataforma Web REDD+: Salvaguardas.

11. Mato Grosso (2014). Decreto Estadual 2694/2014.

12. Mato Grosso (2016). Decreto Estadual 468/2016.

13. PCI. A Estratégia PCI.

14. Mato Grosso (2017). Lei Estadual 582/2017.

15. Mato Grosso (2021). Decreto Estadual 1160/2021.

## 2.2 O REM em Mato Grosso, Brasil

Trata-se de iniciativa global que premia os pioneiros na proteção florestal e na mitigação das mudanças climáticas. O programa foi lançado na Conferência Rio+20 após ser estabelecido em 2011. Tem como alvo países ou regiões que já adotaram medidas para proteger as florestas e oferece pagamentos baseados em desempenho para reduções de emissões verificadas pela prevenção do desmatamento. Fornece a estrutura abrangente para os programas nacionais de REM, implementados em conjunto pelo Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) e pela agência de cooperação para o desenvolvimento (GIZ). No Brasil, é implementado no Acre e Mato Grosso em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente.<sup>16</sup>

Após extensas negociações, debates realizados no Fórum Matogrossense de Mudanças Climáticas e validação pelo Conselho Gestor de REDD+, em 2016 o REM MT iniciou sua fase

de desenvolvimento, com assinatura de contrato na COP-23 em 2017. A iniciativa garantiu para o Mato Grosso cerca de € 44 milhões dos governos da Alemanha e do Reino Unido, por meio do KfW e do Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS), a serem desembolsados em quatro anos a partir de 2019.<sup>17</sup> O estado só receberá recursos se mantiver os níveis de desmatamento abaixo do limite de 1.788 km<sup>2</sup> por ano.<sup>18</sup>

Desde as negociações iniciais em 2015, o governo do estado de Mato Grosso tomou medidas para estruturar um sistema de governança de REM e um mecanismo de financiamento baseado em resultados que reflitam as prioridades do estado. **O REM MT se destaca por ter desenvolvido uma estrutura diferenciada de distribuição de benefícios, com um subprograma específico voltado para os Povos Indígenas, onde eles ficam no centro das decisões de governança e alocação de recursos.**

### Mobilização dos Povos Indígenas no Mato Grosso

Em 2016, após uma assembleia que reuniu cerca de 500 indígenas de 39 etnias do estado, criou-se a Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT). Essa foi a culminação de um esforço, há muito previsto, para mobilizar os povos originários do estado no sentido de fortalecer sua voz e representação. A FEPOIMT tem se mostrado peça-chave na representação dos interesses indígenas no contexto da política de REM MT e REDD+ no estado. O subprograma de territórios indígenas do REM MT recebeu sua atual estrutura de governança com base na orientação da FEPOIMT. Antes disso, as questões indígenas eram tratadas exclusivamente por meio da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI) do governo, com limitada participação indígena.

O Fundo Podáali foi criado em 2019, após quase uma década de planejamento, para apoiar os planos e projetos de vida dos Povos Indígenas, potencializando seus esforços de autodeterminação e promovendo a gestão autônoma de territórios e recursos naturais. O Fundo foi construído em colaboração com a FEPOIMT, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e outras organizações indígenas. Administrado e liderado inteiramente por Povos Indígenas, o Fundo é o primeiro mecanismo de captação e redistribuição de recursos em toda a Amazônia para povos, organizações e comunidades indígenas.

16. KfW. Programa REDD Early Movers (REM).

17. REM-MT (2021). REM-MT ganha projeção internacional durante a COP-26

18. FUNBIO. REM-MT: descrição do Projeto.



Figura 1. Cronograma incluindo marcos da Política Climática do MT e a implementação do REM MT



## 3. GOVERNANÇA E PROGRAMAS DO REM MT

### 3.1 Governança do REM MT e estrutura de distribuição de benefícios

O REM MT está alinhado a múltiplas políticas em nível federal, incluindo a Política Nacional de Mudanças Climáticas, a Estratégia REDD+ e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. No âmbito estadual, o programa foi desenvolvido estrategicamente para impulsionar políticas ambientais que fomentem o desenvolvimento sustentável nas regiões rurais, alinhando-se às políticas de desmatamento, combate a incêndios e agricultura familiar do Mato Grosso.<sup>19</sup>

A governança do REM MT é composta por quatro órgãos: i) Comitê de Gestão Estratégica; ii) Fórum de Mudanças Climáticas; iii) Conselho Gestor de REDD+, e iv) Comitê Científico. A estrutura participativa do programa está inserida no Fórum de Mudanças Climáticas de Mato Grosso, que fornece uma base para o diálogo contínuo com a sociedade civil e os Povos Indígenas. Também inclui o Conselho Gestor de REDD+ de Mato Grosso, que fornece uma

estrutura de discussão e acompanhamento, que inclui a FEPOIMT e outras organizações da sociedade civil com experiência em políticas de REDD+, como povos indígenas, agricultura familiar e economias de base florestal.<sup>20</sup>

A coordenação-geral do programa atua na Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e é responsável pelo planejamento e acompanhamento da sua execução. É apoiado pelo Grupo de Trabalho do REM MT, composto por servidores públicos, com assistência técnica das comissões e do Funbio.<sup>21</sup> O REM MT é dividido em quatro subprogramas, com alocações orçamentárias baseadas na repartição através da metodologia de estoque-fluxo de carbono<sup>22 23</sup>: a) fortalecimento institucional e políticas públicas estruturantes (40%); b) agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais (37%); c) territórios indígenas (13%); e d) produção, inovação e mercados sustentáveis (10%).<sup>24</sup>

19. Mato Grosso. Sistema Estadual de REDD+: estratégia de distribuição de benefícios.

20. Mato Grosso (2014). Decreto Estadual 2694/14.

21. O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é um mecanismo financeiro inovador criado para impulsionar a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil.

22. Essa alocação respeitando uma visão baseada no desdobramento do fluxo de estoque de carbono estabelecido em junho de 2017 por meio do Grupo de Trabalho sobre a distribuição de benefícios do REM do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas.

23. Mato Grosso (2022). Chamada para o Apoio a Projetos Estruturantes em TIs no Mato Grosso.

24. A estrutura de distribuição de benefícios do REM-MT subdivide os recursos destinados ao governo estadual em 40% para o Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturais, e 60% para outros três subprogramas. Os percentuais dados aos demais subprogramas, no documento original, referem-se a essa destinação de 60%, ou seja, b) Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais - 61%, c) Territórios Indígenas - 22% e d) Produção Sustentável, Inovação, e Mercados - 17%. No presente documento, no entanto, optamos por fornecer percentuais do total para colocá-los na perspectiva do programa como um todo.

## 3.2 Subprograma Territórios Indígenas

Para apoiar no direcionamento dos investimentos específicos dos povos indígenas, foi acrescentada à governança do Programa, uma estrutura separada visando melhor se alinhar com a estrutura legislativa, as formas de organização dos Povos Indígenas e o cumprimento da Convenção 169 da OIT, que exige seu consentimento livre, prévio e informado (CLPI).<sup>25</sup>

O subprograma Territórios Indígenas surgiu de um processo altamente participativo liderado pela FEPOIMT e apoiado pela GIZ e pelo Instituto Centro de Vida (ICV) em consulta com 42 dos 43 Povos Indígenas do estado. **Alguns observadores notaram que o processo de desenho do REM possibilitou um diálogo sem precedentes entre o governo do estado e as organizações indígenas, já que esta foi uma exigência dos doadores. Segundo esses observadores, este processo foi um fator importante na consolidação da FEPOIMT como força política no estado.**<sup>26</sup>

A estrutura de governança do subprograma é liderada por organizações indígenas. Seu principal órgão deliberativo é a Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas. A comissão tem um mandato de dois anos e atualmente é composta por representantes da FEPOIMT e suas sete representações regionais abrangendo todo o estado; Organização das Mulheres Indígenas de Mato Grosso (Takiná); funcionários públicos de vários órgãos estaduais; o Funbio, como gestor financeiro; a FUNAI; e a GIZ, como parceira de cooperação técnica.<sup>27</sup>

Embora existam vários tipos de organizações no comitê, apenas os representantes indígenas têm o direito de deliberar sobre os assuntos relacionados com o Subprograma. Outras instituições na estrutura de governança, incluindo a SEMA, servem para apoiar as discussões, implementar e executar o que foi decidido pelos representantes indígenas. Para

mitigar os conflitos de interesse, uma Comissão Técnica de Avaliação composta por representantes do governo, organizações da sociedade civil e membros da academia aprova os projetos enviados nas chamadas de propostas. Além dos Comitês Técnicos de Governança e Avaliação, a ONGs como Instituto Raoni, Associação Terras Indígenas do Xingu (ATIX), ICV e The Nature Conservancy (TNC) atuam como **entidades de apoio** ao programa e às comunidades indígenas. As ONGs são mobilizadas mediante solicitação dos Povos Indígenas para prestar assistência técnica e gestão administrativa e financeira para projetos específicos aprovados; (neste caso, as ONGs desempenham um papel essencial de coesão, são **“aglutinadoras”**). FUNBIO cuida da gestão financeira do programa REM, incluindo o Subprograma Indígena.

A elegibilidade para os projetos deve se enquadrar em dez temas selecionados pelos representantes indígenas, incluindo

fortalecimento cultural, meio ambiente e sustentabilidade, segurança da terra, segurança alimentar, geração de renda, gestão da terra, infraestrutura, direitos das mulheres, combate e prevenção de incêndios florestais e resposta emergencial pandêmica para a covid-19. As chamadas de projetos ocorrem segundo as diretrizes da FEPOIMT. Até agora, foram quatro chamadas, focadas em: i) respostas de emergência à covid-19; ii) projetos estruturais (que exigem adesão a pelo menos seis dos temas acima e permitem projetos de maior escala); iii) projetos locais (que requerem adesão a pelo menos dois temas e estão focados em atingir as comunidades e apoiar suas atividades); iv) criação de brigadas de incêndio.

**Segundo as partes interessadas, a estrutura responsiva e flexível é essencial para o sucesso do programa.** Um resumo dos arranjos de implementação do subprograma pode ser visto na figura 2.

25. GIZ (2018). *Cooperação técnica para o Programa REDD Early Movers (REM) nos estados do Mato Grosso e Acre, Brasil.*

26. EDF (2021). *Proteção Jurisdicional de Florestas e Povos Indígenas: evidências dos Programas Early Movers REDD do Acre e Mato Grosso.*

27. Mato Grosso (2022). *PROTAGONISMO: definida nova Comissão de Governança Indígena do REM-MT.*



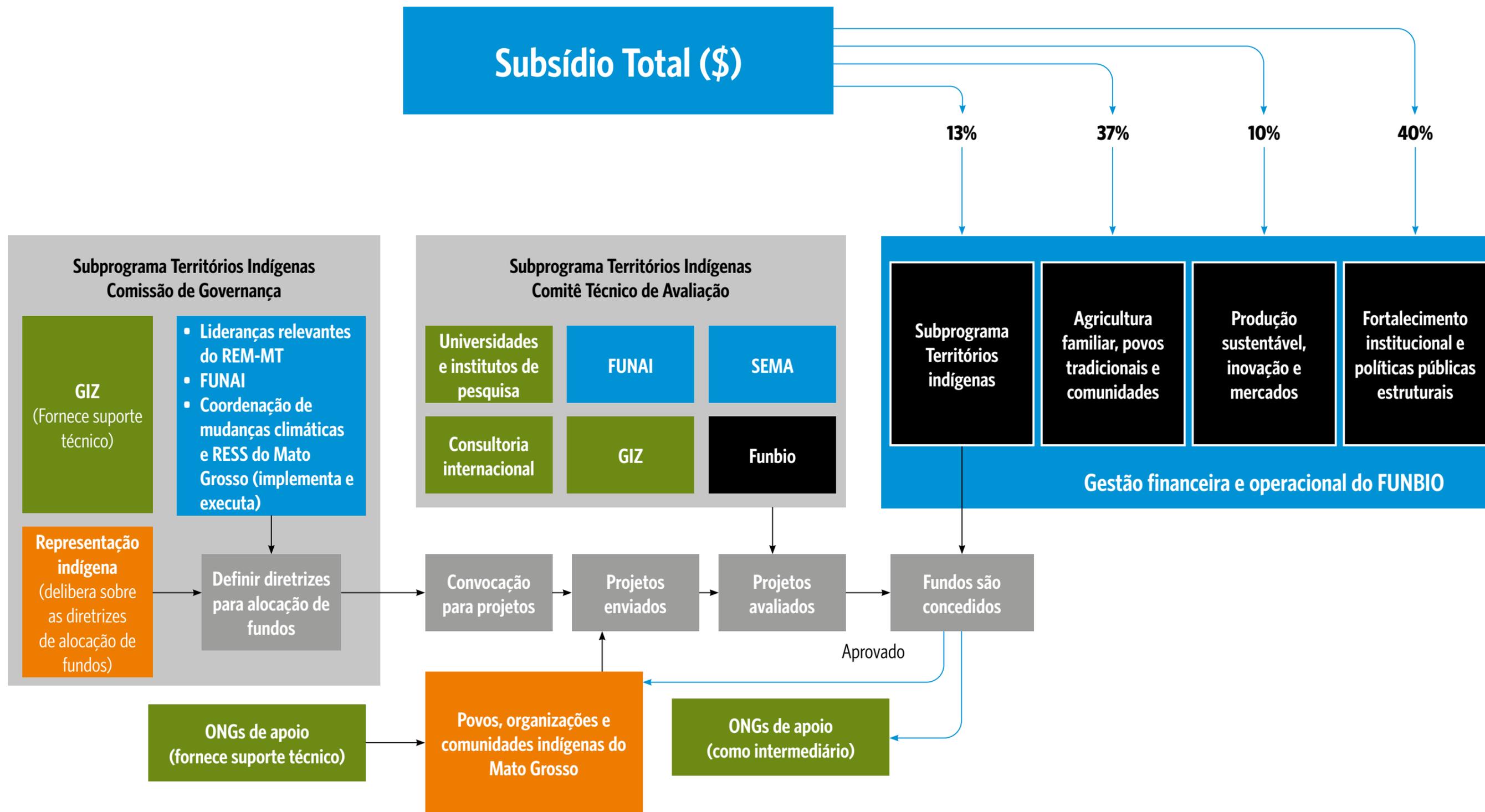


Figura 2. Fluxograma do Subprograma Territórios Indígenas do REM MT



## 4. IMPLEMENTAÇÃO DO REM-MT: PROGRESSO E PRÓXIMOS PASSOS

O Subprograma Territórios Indígenas está em vigor para o período 2019-2023, concentrando sua atuação em desenvolvimento institucional e na estruturação da governança e de projetos dos Povos Indígenas. O começo das atividades se deu através de um processo de consulta desenhado com o apoio técnico da GIZ e do ICV, tendo a FEPOIMT como ponto focal para promover a participação dos 43 grupos indígenas de Mato Grosso por meio de oficinas, treinamentos e consultas para especificar os objetivos e temas prioritários do subprograma. Quando o mundo foi atingido pela Covid-19, decidiu-se que o programa empregaria organizações de apoio à sociedade civil para ajudar organizações lideradas por indígenas em seus projetos, limitando o acesso de indivíduos não indígenas aos territórios indígenas.

Os recursos foram posteriormente destinados ao desenvolvimento institucional da própria FEPOIMT e a projetos de Povos Indígenas, aprovados em edital temático, que trouxeram resultados importantes no alcance das comunidades. Desde janeiro de 2022, mais de 383 comunidades de todos os 43 Povos Indígenas do estado foram beneficiadas pelo programa, usando os recursos para estabelecer brigadas de incêndio indígenas, fortalecer associações indígenas, aumentar a segurança alimentar e a produção agrícola, melhorar a gestão da terra e melhorar a saúde da comunidade. A primeira fase do programa deverá ser concluída em 2023, embora alguns projetos continuem além dessa data.

Embora as reduções de emissões mensuráveis e os resultados do desmatamento evitado

ainda não estejam quantificados, **o sucesso do subprograma está em sua capacidade de direcionar o financiamento para atender às necessidades dos Povos Indígenas, ao mesmo tempo em que fortalece o ecossistema de organizações lideradas por indígenas.** Importantes marcos de progresso incluem o desenvolvimento de indicadores para medir a implementação de salvaguardas sociais e ambientais como parte do REM MT. Outro desenvolvimento digno de nota é a crescente aprovação de projetos geridos diretamente pelos Povos Indígenas. Por exemplo, o Fundo Podáli fez parceria com a TNC para implementar um projeto estruturante a pedido do povo xavante. O projeto recentemente aprovado permite que o Fundo Podáli gerencie e faça alocação dos fundos livremente, como achar melhor. A expectativa é que esta seja uma oportunidade para fortalecer as atividades do Fundo dos Povos Indígenas e avançar nas lições aprendidas. O Fundo Podáli incentiva a inovação, pois financiará iniciativas apoiadas pelos Xavantes.

Em paralelo à preparação para a próxima fase do REM MT, a FEPOIMT realizou um planejamento estratégico inicial, com o apoio da GIZ. Caso os recursos sejam garantidos, a etapa seguinte ocorrerá entre 2023 e 2027, e deve contar com um novo processo de construção específico. Além dos objetivos da primeira fase, também buscará expandir o alcance do programa e proporcionar desenvolvimento organizacional contínuo para instituições lideradas por indígenas.



## 5. PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS COM OS ESFORÇOS DOS REM LIDERADOS POR INDÍGENAS DE MATO GROSSO

Uma das lições mais importantes aprendidas com os esforços dos REM liderados por indígenas de Mato Grosso é que o desenvolvimento institucional e a capacitação de povos e organizações indígenas devem ser um processo contínuo. É irreal esperar investimentos de curto prazo para superar contextos políticos desafiadores e demandas historicamente não atendidas. Em geral, os Povos Indígenas tem sido alienados de processos como desenho e implementação, gestão administrativa e financeira e monitoramento e avaliação de políticas e programas. Para aumentar a autonomia dos Povos Indígenas ao longo do tempo, bem como sua capacidade de alcançar outros mecanismos de financiamento, os mecanismos financeiros devem ser adaptativos e construir as capacidades dos Povos Indígenas.

Apesar de a maioria dos aspectos de elegibilidade serem decididos pelos Povos Indígenas, requisitos e procedimentos técnicos, como aqueles relacionados a operações financeiras e devida diligência, não foram determinados pelos Povos Indígenas, que tampouco participaram de seu desenvolvimento. Como o Funbio administra os recursos, os procedimentos administrativos, a gestão financeira e os requisitos de documentação seguem a sua orientação. Apesar de serem medidas implementadas com o objetivo de mitigar riscos, isso acaba por muitas vezes limitar o acesso direto dos povos indígenas aos recursos.

**A FEPOIMT afirma que o desenvolvimento de um manual operativo financeiro mais adaptado às realidades dos Povos Indígenas seria um desenvolvimento importante na**

**implementação de programas jurisdicionais e financiamento climático.** Um dos projetos aprovados no Edital Estruturante (2022) testará a implementação de projetos em terras indígenas por meio do Fundo Podáali, tornando real uma discussão que vem ocorrendo entre Podáali e FEPOIMT nos últimos três anos. Esta abordagem será implementada em 2023 e terá o apoio da The Nature Conservancy.

**Garantir a representação das comunidades que possuem processos decisórios coletivos é um grande desafio. Os Povos Indígenas normalmente precisam de mais tempo para validar as decisões em suas comunidades, e é preciso respeitar suas culturas tradicionais e formas de organização. No entanto, muitas vezes é um desafio equilibrar esses requisitos do CLPI com as expectativas dos doadores e agências estaduais. É preciso examinar de perto os requisitos e expectativas dos doadores e, em muitos casos, adaptá-las, tendo em vista tanto os inestimáveis serviços ambientais oferecidos pelos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais à sociedade, como a necessidade de democratizar o acesso ao financiamento.** Além disso, os mecanismos de financiamento precisam aumentar o apoio a projetos que focam em atividades sustentáveis, produtivas e geradoras de renda, com foco nas cadeias produtivas da sociobioeconomia.

Com base na experiência de Mato Grosso, a tabela abaixo fornece os fatores cruciais de sucesso e as lições que podem ser transferíveis para outros contextos geográficos e partes interessadas que desejam implementar arranjos semelhantes.

**Tabela 1. Fatores de sucesso para o estabelecimento de um mecanismo de financiamento liderado por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Mato Grosso**

	Fatores de sucesso	Contexto estadual
<b>Ambiente favorável</b>	Os direitos dos Povos Indígenas sobre suas terras e gestão de recursos são reconhecidos e efetivamente aplicados	As terras indígenas são protegidas pela legislação nacional e seu uso é exclusivo dos habitantes indígenas.
	Estruturas organizacionais e liderança fortes dos Povos Indígenas	Criação e fortalecimento da FEPOIMT em um processo liderado pelos Povos Indígenas do estado.
	Salvaguardas sociais e ambientais adaptadas ao território.	A legislação de REDD+ de Mato Grosso engloba as salvaguardas de Cancun, e o REM MT desenvolveu indicadores de salvaguarda ambiental para garantir que sejam respeitadas.
	Os processos de consulta aos Povos Indígenas são feitos de acordo com os princípios do CLPI conforme a Convenção 169 da OIT.	O governo de Mato Grosso trabalhou com parceiros estratégicos e técnicos com histórico de envolvimento com Povos Indígenas, como a GIZ e ICV, para garantir que o processo de consulta fosse feito de acordo com os princípios do CLPI.
<b>Decisões do programa</b>	Governança robusta e participativa	A governança do REM MT e o quadro institucional do estado são inclusivos e promovem a participação. A governança estadual de REDD+ também inclui organizações indígenas em sua estrutura.
	Inclusão dos Povos Indígenas em todos os níveis de desenvolvimento do programa	Um minucioso processo de consulta aos Povos Indígenas foi realizado como parte da fase de implementação do Subprograma Territórios Indígenas do REM MT, garantindo que as comunidades legitimassem as decisões não apenas através de suas lideranças.
	Investimento contínuo no desenvolvimento institucional e capacitação das organizações indígenas e órgãos estaduais responsáveis pelos Povos Indígenas	Uma parte das recompensas de REDD+ foi destinada às agências do estado. Além disso, o Subprograma Territórios Indígenas investe no fortalecimento institucional das organizações indígenas.
	Alocação de financiamento flexível para se adaptar às necessidades emergentes dos Povos Indígenas.	Os Povos Indígenas desempenham um papel central na governança do Subprograma de Territórios Indígenas do REM MT, que permite que recursos sejam rapidamente alocados para tratar de questões emergentes, como incêndios florestais e covid-19.
	Alocação orçamentária adequada para os custos financeiros e logísticos da contratação de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.	As atividades financeiras e logísticas receberam pelo programa alocação orçamentária suficiente.
	Uma estratégia clara de distribuição de benefícios aloca fundos para os Povos Indígenas de acordo com suas prioridades e com a repartição de fundos através da metodologia de estoque-fluxo de carbono	O Subprograma Terras Indígenas recebe 13% dos recursos destinados ao REM MT (22% do valor destinado a atores não-estatais).

Aumentar o financiamento climático e aumentar o acesso dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais a mecanismos de financiamento é fundamental para cumprir as metas do Acordo de Paris. Ao garantir governança inclusiva e acordos de distribuição de benefícios, os Subprogramas do REM MT permitem que diferentes grupos de interessados se beneficiem de pagamentos, particularmente aqueles que tradicionalmente protegem a floresta e que precisam de apoio e incentivo para a produção sustentável na fronteira do desmatamento.

**Garantir que mecanismos financeiros alcancem e sejam efetivamente administrados pelos Povos Indígenas e Comunidades**

**Tradicionais é uma forma de apoiar a implementação de seus planos de gestão e prioridades estabelecidas. Isso pode contribuir para a garantia de direitos sociais, ambientais e territoriais, à medida que apoie uma participação mais inclusiva em processos decisórios relevantes que afetam diretamente suas vidas, capacitando-os a ganhar mais autonomia na determinação de seus futuros.** Apesar de eventuais diferenças no arcabouço jurídico, na capacidade institucional e nos desafios que são próprios de cada contexto, há um grande potencial de aprendizado com a experiência de MT por parte de outros atores interessados em desenvolver programas semelhantes em nível jurisdicional e nacional.





FEDERAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES  
**INDÍGENAS  
DE MATO GROSSO**

The Nature  
Conservancy



Brasil